

## MEXENDO COM A ROÇA

### TRABALHO E MOVIMENTO NO SERTÃO MINEIRO

LUIZ FELIPE ROCHA BENITES

**RESUMO** *Este artigo busca abordar como a noção de roça orienta algumas práticas de sentido de moradores de duas comunidades rurais, Ribanceira e Gerais Velho, localizadas no Vale do São Francisco, norte de Minas Gerais. Nessas localidades a ideia de roça surge emaranhada nas tramas da experiência do trabalho, relacionando mato, cidade, outras atividades laborais e moral dos trabalhadores. Os tempos e lugares da roça guardam um nexo com as práticas de pequenos e grandes deslocamentos que tecem os próprios fios do mundo que é vivenciado. Nesses movimentos são delineados os vínculos entre pessoas e coisas, bem como o próprio sentido da experiência na roça.*

**PALAVRAS - CHAVE** *Roça, trabalho, movimento, Vale do São Francisco.*

**ABSTRACT** *This article focus on how the notion of roça organizes some practices and its meanings for inhabitants of two rural communities, Ribanceira and Gerais Velho, situated in São Francisco Valley, north of Minas Gerais state. At those places, the idea of roça appears as tangled with the work experience, connecting the forest, the urban, other labor activities, and worker's moral. Moreover, the times and places of roça relates to short and long distances movements that weave the threads that sustain their living world, as these movements draw the link between persons and things, as well as sets the meanings of the experience in the roça.*

**KEYWORDS** *roça, work, movement, São Francisco Valley.*

<sup>1</sup> Uso o termo comunidade em um sentido etnográfico. Os moradores costumam usar ora “comunidade”, ora “Povo” (“Povo do Gerais”, “Povo da Ribanceira”) para designar o seu pertencimento territorial. Dessa forma, não as estou considerando como totalidades fechadas, como poderia supor uma ideia de comunidade camponesa. Aliás, evito associar tais comunidades ao campesinato e busco tratá-las a partir dos termos que os meus interlocutores lançam mão para situar sua existência. Para uma análise dos limites da categoria campesinato, ver Almeida (2007).

<sup>2</sup> Os dados sobre a comunidade de Ribanceira foram obtidos a partir de pesquisa realizada durante o meu doutoramento no Museu Nacional. Os dados sobre Gerais Velho são produto dos resultados parciais de investigação em andamento, financiada pela FAPERJ.

*Roça* é uma categoria nativa facilmente encontrável em distintos contextos rurais brasileiros. Na região norte de Minas Gerais não é diferente, e o objetivo deste texto é explorar alguns sentidos e contextos nos quais essa noção é evocada para problematizar situações variadas em que os habitantes de duas comunidades<sup>1</sup> negras rurais, Ribanceira e Gerais Velho, pensam suas vidas<sup>2</sup>. As duas comunidades se localizam no Vale do Rio São Francisco e alguns de seus moradores entretêm relações de parentesco e amizade. Ribanceira está situada no município de São Romão, à margem esquerda do “Velho Chico”, e Gerais Velho pertence ao município de Ubaí, que faz fronteira com São Romão, à margem direita do mesmo rio. Ribanceira conta com cerca de oitenta e oito casas e Gerais Velho, setenta. Nas duas comunidades, uma parcela significativa da população *mexe com roça*. Tal expressão designa a dimensão do trabalho presente no cotidiano desses interlocutores. A categoria *mexer* funciona como um equivalente do verbo trabalhar, mas não raro o extrapola para assumir a ideia mais ampla de lidar com algo. Nesse sentido, *roça* evoca a ação de pessoas sobre um terreno para produzir algum tipo de gênero alimentício. A *roça*, enquanto atividade produtiva (derrubar mato, preparar a terra, plantar, colher e, em certos casos, transformar o que foi colhido, como no caso da produção de farinha de mandioca), mas também a criação de animais (vacas, porcos e galinhas), mobiliza grupo doméstico e vizinhança produzindo e atualizando relações de afeto e consideração.

Mesmo associada ao universo do trabalho, a noção de *roça*, tal como utilizada pelos meus interlocutores, transcende seu sentido em discursos contrastantes para situar um modo de vida que delimita tempos e lugares singulares, assim como os relaciona em movimentos de pessoas e coisas.

**TEMPO DAS ÁGUAS, TEMPO DA SECA**

O trabalho na *roça* está intrinsicamente ligado aos dois ciclos da natureza no norte mineiro: o *tempo das águas* e o *tempo da seca*, ou simplesmente, *as águas* e a *seca*. Nas partes ribeirinhas de São Romão, área em que se localiza a Ribanceira, esse ciclo orienta também as atividades de pesca, que se alternam com as atividades da *roça*. Mais distante do São Francisco e de outras áreas fluviais, em Gerais Velho, não se *mexe* com pesca. O *tempo das águas* oscila mais ou menos entre outubro e março, correspondendo ao período em que as chuvas são mais frequentes e intensas. Nessa época, sobe o nível das águas do São Francisco e de seus afluentes. Com a cheia dos rios, a água transborda e formam-se lagoas que se transformam em criatórios naturais de peixes. As áreas alagadiças que se localizam nas margens de rios, córregos, veredas ou de qualquer curso d'água, são chamadas de “vazante” e se constituem em terrenos férteis para a agricultura no período da seca, de abril a setembro. O quadro abaixo representa o calendário anual que relaciona os ciclos naturais e o trabalho da *roça* e da pesca para os ribeirinhos da Ribanceira:

	<b>Ciclos naturais</b>	<b>Atividades</b>
<b>Janeiro</b>	Chuva Cheia do Rio	Pesca proibida Período de plantio Gado pastando
<b>Fevereiro</b>	Chuva Cheia do Rio	Pesca proibida Plantio de feijão, milho, mandioca, abóbora, maxixe, etc. Gado pastando
<b>Março</b>	Chuva Fim do período de reprodução dos peixes	Início da pesca Cuidar da lavoura

<b>Abril</b>	<b>Início da Seca</b>	<b>Pesca Cuidar da lavoura</b>
<b>Maio</b>	<b>Seca</b>	<b>Pesca Cuidar da lavoura Gado com ração</b>
<b>Junho</b>	<b>Seca</b>	<b>Pesca Cuidar da lavoura Gado com ração</b>
<b>Julho</b>	<b>Seca Vazante</b>	<b>Pesca Colheita Produção de farinha e rapadura</b>
<b>Agosto</b>	<b>Seca</b>	<b>Pesca Colheita Produção de farinha e rapadura</b>
<b>Setembro</b>	<b>Primeiras chuvas</b>	<b>Pesca Preparo da terra Gado pastando</b>
<b>Novembro</b>	<b>Chuva Início do período de reprodução dos peixes</b>	<b>Suspensão da pesca Início do plantio Gado pastando</b>
<b>Dezembro</b>	<b>Chuva</b>	<b>Pesca proibida Período de plantio Gado pastando</b>

Em Gerais Velho, a organização do calendário anual de trabalho é similar, à exceção da atividade de pesca que não é praticada por seus habitantes. As *águas* e a *seca* ditam o ritmo do trabalho na *roça* e, conforme um desses “tempos” se estende ou se intensifica, reorganizam-se as atividades laborais. Tanto na Ribanceira quanto em Gerais Velho pratica-se a agricultura de vazante, isto é, a atividade da *roça* é realizada em áreas alagadiças que surgem no *tempo das água*”. Em ambas as comunidades, a agricultura em áreas não alagadiças é predominante, mas a vazante é uma referência importante na relação do trabalho com os ciclos da natureza. Dona Benedita, moradora de Gerais Velho,

explica a singularidade da sua localidade, onde a escassez de água é frequente:

Vazante é onde vaza as águas mesmo. Aqui como você pode ver que tá tudo seco, mas lá ainda tá úmido. Nas águas, a chuva, a água que tem aqui, corre tudo para lá, para o Jataí (córrego que há muitos anos está seco, à exceção do trecho subterrâneo que se localiza no interior de uma gruta). Lá só corre água quando tá chovendo. Lá a gente planta abóbora, feijão, quiabo, maxixe, porque a terra é, assim, mais fértil e porque tem uma represinha que serve para a gente molhar. (...) A gente planta lá na seca, porque nas águas tá tudo cheio de água. Esse ano choveu pouco. A gente sempre planta por junho, julho, mas esse ano a gente plantou em maio porque já não tinha mais água lá.

#### O TRABALHO E O LUGAR DA ROÇA

“*Roça*. Esse futuro que achei.” Assim Dona Lica, moradora da Ribanceira, cozinheira, parteira, artesã de vasos de barro e exímia conhecedora de “remédios do mato” situa a atividade que a idade já não mais a permite realizar. Dona Lica, como a quase totalidade das pessoas que conheci no povoado de Ribanceira, trabalhou ou trabalha na *roça*. A *roça* dos moradores da Ribanceira se localiza na Ilha da Martinha e nas propriedades ribeirinhas próximas ao povoado. A propriedade da ilha é da Marinha do Brasil, mas os ribeirinhos fazem uso dela a partir da ocupação por várias gerações de seus ancestrais. As terras à margem do São Francisco usadas por meus interlocutores são cedidas ou arrendadas por fazendeiros da região. O trabalho na *roça* é considerado de muita “dureza” devido ao desgaste físico que seu exercício demanda, tal como pude acompanhar e registrar em relatos de seus praticantes. Dessa forma, o trabalho na *roça* nunca é levado ao extremo do esforço físico, para garantir que sempre se possa estar em condições de trabalhar. As grandes empreitadas, principalmente nas épocas de colheita ou de preparo para o plantio, são sempre

feitas com ajuda de parentes, compadres e vizinhos, os quais, reciprocamente, têm devolvido o favor nos momentos em que são chamados a cooperar.

A ideia de *roça* é construída pela afirmação de uma relação com um espaço e com determinadas práticas que delimitam um “outro” no processo de constituição do seu lugar no pensamento dos meus interlocutores. Esses “outros” podem ser o *mato*, a cidade, a *carvoeira* e a pesca.

O *mato* é uma dessas figuras de alteridade por meio do qual meus interlocutores situam a condição da *roça*. Os relatos produzidos pelos meus informantes sobre os primeiros povoadores de ambas as comunidades dão conta que o estabelecimento deles nas referidas localidades passava pela “derrubada do mato”. Seu Geraldo, 85 anos, um dos mais antigos moradores de Gerais Velho, afirma:

Quando eu era jovem, nessa volta toda tinha só a casa do meu pai. O resto era tudo mato. Moço, para fazer uma rocinha tinha que derrubar o mato aí. Quando meus irmãos foram crescendo, eles foram derrubando o mato para fazer as casas deles, da família deles e para plantar um feijão, uma mandioca.

A *roça* emerge onde o mato se desfaz. Os primeiros moradores plantavam pequenas lavouras sazonais, chamadas por alguns de *roças de toco*, em terras de matas derrubadas. Segundo Seu Laro, agricultor e carpinteiro de Gerais Velho,

(...) arrancar toco, que a gente fala são os pau que o povo arrancava, sabe, para poder gradiar trator depois. Então, não tinha trator, máquina agrícola, então a gente arrancava. De enxadão cavava, cavava até a gente cortar o pinhão dela lá embaixo. Então a gente cortava e ela caía pra lá e a gente ia cortando tudo que era toquinho. A gente batia o enxadão, batia o enxadão na terra dura, virava ele pra lá e arrancava.

Ainda assim o *mato*, nessa época, mantinha uma relação de continuidade com a *roça*, pois se constituía no espaço da caça de animais (veados, caititus, mocós, etc.), da coleta de frutos (cagaita, araticum, pequi, mangaba, manga, laranja, etc.) e mel, e de extração de “remédios do mato” (ervas variadas que são usadas, sob a forma de infusões e cremes, em práticas curativas). O crescimento das duas comunidades levou a redução da área de mata e, conseqüentemente, da quase extinção de algumas dessas práticas, sobretudo as de caça que também encontram restrições legais impostas pelo IBAMA.

O deslocamento temporário ou definitivo para trabalhar em outras localidades é um fenômeno presente nas duas comunidades. Em busca de melhores remunerações e de trabalho regular, muitos trabalhadores, sobretudo jovens, são agenciados por intermediários com contatos na cidade para trabalhar em colheitas diversas em outras regiões de Minas Gerais e de São Paulo. Outros se deslocam para grandes centros urbanos, especialmente São Paulo, Brasília e Belo Horizonte. Nesse caso, os homens costumam ser alocados no setor da construção civil e as mulheres em empregos domésticos. A maioria mantém parentes na Ribanceira e em Gerais Velho, para os quais enviam ajuda financeira, especialmente para esposas e filhos, quando não integram parentes e amigos nas redes de alocação de trabalho, nas quais estão inseridos.

Durham (2004) já havia notado, em pesquisa realizada nas décadas de 1960 e 1970 com migrantes rurais para São Paulo, a importância dos grupos familiares e de sociabilidade da comunidade de origem nas dinâmicas de deslocamento no espaço geográfico e social. Nas palavras da autora:

O universo espacial dos trabalhadores provindos de comunidades tradicionais (...) é formado de lugares onde seus conhecidos estiveram, ou onde moram pessoas de suas relações. (...) a migração não envolve necessariamente uma dissolução das relações com a família e com o grupo primário mais

amplo (parentes, compadres, vizinhos e amigos) e possui um caráter eminentemente familiar o qual, entretanto, não se manifesta no deslocamento de todo o grupo doméstico. Ao contrário, o deslocamento espacial é realizado quase sempre por indivíduos isolados ou por grupos muito pequenos, de duas ou três pessoas. O aspecto familiar do processo se manifesta na frequente reconstituição, total ou parcial, dos grupos familiares originais. Ao lado dos parentes, os conterrâneos constituem outro importante grupo de referência (DURHAM, 2004, p. 189).

Os casos observados na Ribanceira e em Gerais Velho corroboram a análise da autora: as favelas da zona sul de São Paulo, algumas no limite com Diadema, como Americanópolis, são o destino preferencial dos residentes nas localidades estudadas, pois lá se encontram as redes de relações sociais que funcionam como seu universo de referência e que mantêm a conexão entre a comunidade de origem e a cidade em que foram acolhidos. As histórias dos deslocamentos definitivos ou temporários de alguns interlocutores e de seus familiares são também um eixo a partir do qual o lugar da *roça* é constituído, na sua oposição com a cidade, especificamente a grande metrópole, uma vez que a circulação das pessoas por entre esses lugares é frequente.

Os relatos que obtive são os de habitantes das duas comunidades rurais que tiveram passagens temporárias por São Paulo, que variam de um a quinze anos de permanência na capital paulista. Gilmar e Lindaura são exemplares de um discurso amplamente difundido em Gerais Velho acerca da relação com o tempo como um instaurador da diferença entre os modos de vida na *roça* e na cidade. Gilmar, um rapaz na faixa dos trinta anos, é compadre de Lindaura, filha de Dona Benedita (citada anteriormente), dona de um pequeno bar em Gerais Velho. Reproduzo a seguir uma parte de nossa conversa no bar de Lindaura. Gilmar morou 12 anos em São Paulo, mas “gosta do Gerais” e não pretende sair de lá novamente, “só por necessidade”.

Torcedor entusiasmado do Palmeiras, clube paulista, Gilmar justifica seu gosto pelo Gerais: “No Gerais se tem liberdade, tempo para fazer as coisas. Em São Paulo você corre atrás do tempo”. Lindaura, por sua vez, associa tempo e escravidão:

Antigamente, se era escravo dos barões. Hoje as correntes saíram das mãos para os pés. Você é escravo de si mesmo, das suas contas, do trabalho que tem que fazer, dos filhos. Pelo menos aqui no Gerais é assim: cê tá vendo Filu [Filisberto, vizinho que acabara de sair do bar enquanto conversávamos]. Tava indo colocar o gado dele no pasto, passou por aqui e parou para um dedo de prosa, tomou a pinga dele, jogou uma sinuca com cês dois [comigo e Gilmar] e agora tá indo lá. Em São Paulo, cê ia fazer isto?

O controle sobre o tempo combinado a uma sociabilidade que não está submetida a um trabalho heterônomo parece delimitar outra dimensão da *roça* como um espaço e modo de vida que, não obstante a consciência dos meus interlocutores dos seus limites em termos de acesso a determinados bens materiais e do trabalho “duro”, afirma um aspecto importante da forma como o pertencimento territorial é pensado nessas comunidades.

É certo que a conjugação de diferentes lógicas de organização social e produtiva não é novidade para meus interlocutores, uma vez que fazem parte da formação social e histórica da região norte mineira. Segundo João Batista de Almeida Costa:

A sociedade sertaneja foi construída tendo em vista alianças que fizeram entre si grupos diferenciados de atores sociais: por um lado, os grandes fazendeiros que se constituíram como fator de aglutinação de populações dentro e ao redor de suas propriedades; por outro, grupos de sitiantes, parceiros e agregados que se organizaram solidariamente entre si através da organização familiar e buscaram, na figura do coronel, a resolução de suas questões (COSTA, 1997, p. 93).

Tais características da sociedade local não obliteram que o trabalho heterônomo é tido como um dos elementos contrastantes que caracterizam a vida na *roça* como uma experiência circunscrita às relações de parentesco e vizinhança. Quando essas relações são transcendidas através da relação com um “patrão” – padrão de relação de trabalho na cidade, mas também em áreas rurais em atividades que não são consideradas da *roça*, como cortar lenha para *carvoeiras* ou mesmo trabalhar diretamente na produção do carvão –, encontramos outro eixo de problematização do lugar conceitual da *roça*, entre os meus interlocutores.

Habitantes da Ribanceira e de Gerais Velho têm contato com agenciadores de fora dessas comunidades que articulam grupos para trabalhar sazonalmente em *carvoeiras*. Os trabalhadores agenciados queixam-se da labuta pesada intrínseca ao corte de lenha com machado e da baixa remuneração oferecida pelos empregadores regionais. Embora tal trabalho se encontre no horizonte das estratégias de vida de membros dos grupos domésticos de ambas as comunidades, ele cada vez menos se constitui em alternativa de renda em um cenário que combina os fluxos migratórios para cidades como São Paulo e Brasília, políticas setoriais para agricultura e pesca (como recursos do PRONAF e seguro-desemprego para os pescadores na época da piracema) e o acesso a programas de renda mínima, como o Bolsa-família. Nesse contexto, o trabalho da *roça*, exercido em redes de relações de sociabilidade e de reciprocidade entre familiares e vizinhos, se constitui como autodeterminado em contraste às modalidades de trabalho modeladas pela relação patrão-empregado. A conversa jocosa entre Beto e Elton, moradores de Gerais Velho, enquanto extraíam o leite das vacas de Dona Benedita, respectivamente sogra e tia dos dois rapazes, ilustra essa lógica. Beto interpela Elton: “Ô rapaz, cê demora três horas para tirar leite de duas vacas”. Elton retruca: “Aqui nós é patrão e não empregado, nós trabalha para nós mesmo. Agora nós manda entregar direto para

a Nestlé e Itambé [alusão jocosa às supostas empresas para as quais eles venderiam o leite]. Aqui nós não trabalha para Zé Leite [um dos fazendeiros da região]”.

A relativa autonomia sobre o trabalho na *roça* não oblitera a dureza do mesmo. A associação entre trabalho e sofrimento é muito recorrente, sobretudo nas narrativas sobre o passado. A imagem da escravidão é evocada em narrativas sobre a trajetória pessoal com certa frequência, não só para fazer referência à descendência de escravos, mas para situar um passado associado a um trabalho sofrido para sustentar a si próprio e aos filhos.

Seu Laro lembra a diversidade de atividades que já exerceu: quebrar pedras para construção de cercas, corte de lenha com machado e demais trabalhos para *carvoeiras*. Enquanto conversa comigo, me diz que já trabalhou, inclusive, em São Romão, cortando árvores extremamente grossas na propriedade de um falecido fazendeiro do município. Relata que chegava a ficar um mês trabalhando com outros colegas em situação de isolamento na referida propriedade. Somente findados 30 dias, os agenciadores vinham buscá-los. Durante esse tempo, a comida muitas vezes se restringia a arroz com farinha. No retorno, voltavam aos seus lares no alto de carretas carregadas com carvão. Esse tipo de trabalho, Seu Laro, com muita propriedade, chamava de escravidão.

Os patrões, através de seus agenciadores, também chamados de “turmeiros”, por sua vez, acusam os moradores das referidas comunidades de preguiçosos. Essa acusação moral costuma agregar-se a outra dimensão da caracterização dessas comunidades, sobretudo por não moradores: a identificação de ambas como um lugar de negros. A relação com o trabalho é um dos pontos a partir dos quais se constrói acusação moral dos negros da região como preguiçosos. De acordo com Lima (1999), a representação negativa dos caipiras brancos e negros, como preguiçosos, ignorantes e indolentes, foi amplamente disseminada por cronistas, viajantes e escritores regionalistas

até meados do século XX. No caso estudado, a pesca, atividade praticada por muito dos agricultores ribeirinhos da Ribanceira, ganha cores especiais.

Seu Vital, pescador, negro e morador da Ribanceira, certa vez me disse: “agora pescador tem nome, tem força, senão o governo não pagava salário pra gente quando tá parado. Antes quem trabalhava na *roça* era mais valorizado. Se dizia que quem era pescador não queria nada, só queria saber de pescar”. Ter nome e ter força são propriedades que na composição da socialidade local designam o reconhecimento público de um sujeito ou de uma prática. O salário a que Seu Vital se refere é uma remuneração paga pelo Governo Federal, também chamada “Defeso”, em um sistema idêntico ao seguro-desemprego, aos pescadores registrados profissionalmente na Capitania dos Portos e associados à Colônia de Pescadores, no período em que a atividade de pesca é legalmente suspensa para garantir a reprodução dos peixes. A despeito dos meus interlocutores não demonstrarem alguma conexão dessa conquista com alguma mobilização política em suas narrativas, o direito sancionado pelo Estado tornou-se um recurso para buscar a valorização, principalmente moral, nas relações sociais. Tal fato contrasta com um passado no qual a atividade de pesca não era reconhecida como trabalho, mas como atividade residual ou lúdica de quem exercia outras ocupações, sobretudo as da *roça*.

Apesar do reconhecimento dos aparelhos estatais, a condição única de pescador ainda pode ser objeto de acusação moral, especialmente como atividade de preguiçoso. A atividade de pesca não é, em si, suficiente para caracterizar mal uma pessoa. A acusação ganha moldes quando combinada a uma descrição fenotípica (preto) e uma determinada prática social (o consumo de pinga). Esse é um dos estereótipos pelos quais a população em geral do município de São Romão costuma ser caracterizada por pessoas de outras localidades. Porém, em algumas circunstâncias, essa também é a forma pela qual os moradores da Ribanceira

são caracterizados por alguns residentes de outras partes de São Romão, em especial da sede do município.

No que diz respeito a uma conexão possível entre negritude e trabalho, encontramos um indício importante de que não há uma direção única na escala de estereótipos raciais. Há uma percepção entre alguns dos meus interlocutores de que os negros são naturalmente fortes e tal atributo é associado ao sangue. O compartilhamento de uma substância, o “sangue negro”, traz consigo a propriedade da força, atributo desejável seja como padrão físico-estético, seja como recurso para o trabalho, sobretudo no duro trabalho da *roça*. Essa aparente ambiguidade evidencia o caráter pragmático e relacional do acionamento de certas categorias raciais.

Em Gerais Velho, o sentimento de pertencimento étnico-racial ganha outros contornos. Essa comunidade do município de Ubaí obteve uma certidão de autorreconhecimento como remanescente de quilombo, expedida pela Fundação Cultural Palmares. O contato com tal comunidade se deu a partir de laços de parentesco entre alguns de seus membros e membros da Ribanceira. Gerais Velho é uma localidade reconhecida pelos moradores da Ribanceira como predominantemente habitada por negros. Informantes da Ribanceira dizem que “lá é um lugar de descendentes de quilombolas”. Tal expressão ressalta, para eles, não só a forte presença de população negra, mas a informação de que o Povo do Gerais já deu início a um processo de reconhecimento como remanescentes de quilombos. De fato, em uma visita à localidade, acompanhado de interlocutores da Ribanceira, confirmei que já consta um processo administrativo no INCRA de Minas Gerais, bem como a comunidade possui um certificado de reconhecimento por parte da Fundação Palmares. Em minha apresentação, logo era identificado como “estrangeiro”, pois não falava “como os de lá”, além de não aparentar a fisionomia dos moradores da região. Ao saber da minha procedência do Rio de Janeiro, se apresentavam como “quilombolas”.

Se comigo, as primeiras pessoas que contatei na comunidade denotavam certa distintividade, com meus amigos o processo era de estabelecimento de conexões de vínculo. Nessa visita, notei que meus companheiros da Ribanceira eram conhecidos apenas de uma família da comunidade, em que uma ex-moradora da Ribanceira havia contraído matrimônio com um rapaz de Gerais Velho. Em contatos com outros moradores do distrito, eles eram interpelados sobre de onde vinham. Ao se identificarem como moradores da Ribanceira, logo eram saudados com expressões como: “Ah, então são do Gerais”, “é tudo do Gerais”. A alusão me pareceu se dever ao reconhecimento de conexões de parentesco, sejam por meio de filiação unilinear entre determinadas pessoas ou alianças matrimoniais entre moradores das duas comunidades. Contudo, outra associação se justapunha: a cor da pele. Outro enunciado emitido pelo “povo do Gerais” nas mútuas apresentações era: “logo vi, pretinho desse jeito ... e se é da Ribanceira, também é do Gerais”. Embora essa caracterização racial não tenha produzido discordância entre meus amigos da Ribanceira naquele momento, em muitos outros contextos a sua identificação enquanto negros é problemática. Isso se deve à forma como a imagem social do negro foi forjada na região.

### **A ROÇA EM MOVIMENTO**

Era cedo da manhã de um dia quente em setembro de 2007, na Ribanceira. Naquele ano a chuva ainda não havia caído e a seca castigava a localidade. Encontrei com Seu Vital em sua casa. Havia combinado com ele de partirmos juntos para a Ilha da Martinha para que eu pudesse acompanhar as suas atividades naquele dia. Na minha chegada à sua residência, percebi Seu Vital conversando com dois sobrinhos de sua esposa. Ele orientava os meninos, de não mais que 12 anos, a armazenarem a bosta de vacas, colhida nas imediações do povoado para fazer esterco que seria usado para adubar a terra em plantios futuros.

Tão logo meu interlocutor encerrou sua conversa com os rapazes, seguimos em direção às barrancas do Rio São Francisco, que ficam a menos de cem metros de onde ele mora, carregando enxadas e um remo. De lá partimos para a ilha, de canoa. Como o deslocamento se dá no sentido da correnteza, Seu Vital usa um remo para conduzir a pequena embarcação. O motor do barco, adquirido através de financiamento em um programa governamental intermediado pela Colônia de Pescadores de São Romão, só é usado para navegar contra a correnteza.

Seu Vital já havia entrado no Rio naquele dia, por volta das 4 horas da manhã, para pescar. Não tinha tido sorte com a sua tarrafa. O rio já não oferecia tantos peixes com antigamente, me contava. Ele retornava ao São Francisco para “pegar pau no rio para fazer um barraquinho para se proteger da chuva”. O “pau” a que meu interlocutor se refere são pedaços de madeira das árvores que caem ou são jogadas no rio. Seu objetivo era construir um pequeno barraco para abrigá-lo no *tempo das águas*, quando precisará ficar na ilha para cuidar da sua *roça*. Além disso, pretendia “tirar um mato e por fogo numa parte do canavial”. Quando começasse a chover, iria plantar milho e depois feijão, na área em que fosse queimar.

Enquanto navegamos pelo Rio, Seu Vital chama a minha atenção para alguns galhos rodeados de um pouco de terra, em meio ao rio. “Fica os paus na enchente e vai juntando terra em volta. As águas trazem os paus. Aí as ilhas vão formando, vão juntando”, diz ele, me alertando para os singelos movimentos que produzem mudanças infinitesimais no relevo do rio com os distintos ciclos climáticos.

Desembarcamos na Ilha da Martinha, em uma área da terra, cujo direito de usar<sup>3</sup> meu interlocutor adquiriu (comprou) desde a segunda metade dos anos 1980. Seu Vital dá início à atividade de capinar, juntar o mato com parte do canavial e colocar fogo, com o meu auxílio desajeitado. Ele deixa um espaço limpo entre a parte que não desejava queimar e a que coloca fogo. Ele também

<sup>3</sup> Há um sistema de direito costumeiro sobre o direito ao uso do território das ilhas, que seria de propriedade da Marinha, e que se origina na apropriação e uso pelos primeiros posseiros, que depois redundaram em um sistema de compra e venda de direitos. O trabalho de Oliveira (2005, p. 104-110) é esclarecedor sobre esse sistema a partir de um estudo com “vazanteiros” em Manga e Itacarambi, também no Vale do São Francisco.

desejava queimar uma área consecutiva à parte do canavial, composta por mato e bengo, uma espécie de capim indesejado pelos agricultores locais. Cortamos algumas canas para levar até a canoa e nos dirigimos a ela para rumar para a Ribanceira novamente, deixando para trás área incinerada, para que o fogo fizesse o movimento de modificar aquela terra para o plantio.

Se, como afirmou Ingold (2011, p. 150), o caminhante (*wayfarer*), mais do que estar sempre em movimento, é o seu próprio movimento, os caminhos percorridos por Seu Vital são, eles mesmos, os fios que tecem o mundo em que ele vive. A relação entre os nexos temporais e espaciais da experiência na *roça* põe em questão o deslocamento, a circulação, enfim, os pequenos e grandes movimentos de pessoas e coisas. Na Ribanceira e em Gerais Velho, as idas e vindas da casa para as áreas de cultivo e criação, a orquestração das atividades laborais, suas paradas para *prosa*, visita aos parentes, amigos e compadres, bem como para a degustação da pinga, tramam o enredo das relações sociais e o próprio sentido da vida na *roça*.

Os pequenos e grandes deslocamentos fazem parte não só do cotidiano que pude registrar no trabalho de campo como também da história pessoal dos habitantes das referidas localidades. Já abordei os deslocamentos para as grandes metrópoles como Brasília e São Paulo, mas esses são apenas um capítulo da trajetória dos meus interlocutores. Um mundo que oscila, por vezes de forma tensa, entre polos de fixação e mobilidade, de estabilidade e instabilidade, se desenha nas trajetórias de vida estudadas.

Seu Vital, por exemplo, nasceu na Fazenda Retiro, situada à margem direita do São Francisco, no município de Ubaí. Ainda criança, mudou-se para Cachoeira do Manteiga, localizada do lado esquerdo do rio, ao sul de São Romão. De lá, sua família partiu para a Fazenda Olhos D'Água e em seguida para a Ilha da Martinha, quando ela também servia de habitação e não só de área para os roçados. Com a enchente de 1979, sua família mudou-se para a Fazenda Bonfim, vizinha à área que hoje

corresponde ao povoado de Ribanceira, mas que naquela época ainda era propriedade de um fazendeiro. Casou e teve três de seus sete filhos na Fazenda Bonfim, localidade em que seu pai veio a falecer. Somente em 1986, seis anos após o então prefeito de São Romão ter comprado de um fazendeiro da região o terreno onde foi criado o povoado de Ribanceira para alojar os desabrigados da enchente do fim de 1979, Seu Vital fixou-se na comunidade. As constantes mudanças, sempre motivadas por desentendimentos com os proprietários das fazendas em que se tornavam agregados e para “caçar uma vida melhor”, fizeram da itinerância um aspecto marcante na vida de Seu Vital. Nenhum de seus filhos morava mais na Ribanceira, dois residiam na sede de São Romão e os demais tinham se deslocado para Goiânia e Brasília em busca de melhores oportunidades de vida. Também sua esposa trabalhava no núcleo urbano de São Romão e retornava para a Ribanceira apenas aos finais de semana.

Trabalhos clássicos como o de Pierson (1972, p. 39) já notavam, na década de 1950 do século XX, “um considerável movimento populacional, a saber: dentro, para dentro, de dentro para fora e através da comunidade” em diversos povoamentos ao longo do Rio São Francisco. Pierson (1972) e Neves (1998) associam a errância dos habitantes do Vale do São Francisco a uma suposta herança cultural das diversas populações indígenas que historicamente habitaram os territórios extensivos ao rio e dos bandeirantes que desbravaram a região. Independente dessa alusão, o caráter movediço dessas populações pode ser pensado a partir de distintas práticas de deslocamento que compõem uma socialidade roceira.

O andar a pé, inclusive por longas distâncias, é uma prática ainda existente, mas, frequentemente, associada aos “tempos antigos”. O percurso entre comunidades rurais ou mesmo em direção a núcleos urbanos para realizar fins diversos que vão desde a visita a parentes, à realização de compras de mantimentos ou mesmo atos de devoção, como assistir missas, participar de

procissões, cortejos ou giros de folias de reis e de santos, era realizado a pé por muitos moradores da Ribanceira e Gerais Velho. Se a frequência dessa modalidade de deslocamento diminuiu, ela ainda resta ritualizada como uma das atividades que compõem a Festa de Nossa Senhora Aparecida, na Ribanceira. Todo dia 12 de outubro, um grupo de devotos parte da Igreja Matriz de São Romão até a Comunidade de Ribanceira, às quatro horas da madrugada. O percurso de 14 km, percorrido a pé, dramatiza, por meio do caminho percorrido inversamente, o deslocamento que muitos católicos da Ribanceira faziam para assistir as missas no núcleo urbano de São Romão.

Seu Laro, morador de Gerais Velho costuma contar que para realizar os procedimentos oficiais para o casamento com sua esposa, em meados dos anos 80, percorreu mais de 20 km, desde a sua comunidade até o núcleo urbano de Ubaí:

Ia a pé. Fui a pé. Só foi uma pessoa daqui mais eu. Só foi um amigo meu. Hoje ele mora em São Paulo. E ela foi mais a mãe dela e mais umas primas dela, umas parente dela também. E aí nos pegamos a estrada a pé pra Ubaí e fomos para o cartório. E nós chegamos lá, procuramos o cartório. Colocamos os nomes. Daí para fazer o casamento daqui a trinta dias. E aí nós voltamos a pé de novo. Chegamos lá onde eu encontrei com eles (trevo na estrada). E ela foi mais a mãe dela e as amigas dela foram embora. E eu mais o rapaz, meu amigo, viemos embora também.

No dia do seu casamento, Seu Laro e os convidados percorreram o mesmo trajeto a cavalo, expediente ainda usado por alguns. Contudo, hoje em dia os deslocamentos dentro e entre os municípios da região costumam ser feitos com veículos motorizados como motos, carros e ônibus que transportam, sobretudo, estudantes das comunidades rurais.

Por fim, há um tipo de evento que permeia a vida dessas comunidades em ciclos periódicos: as festas, que costumam estar

vinculadas a um calendário religioso católico (Nossa Senhora Aparecida, Bom Jesus, Santos Reis) mobilizando escolhas de “reis e rainhas” responsáveis por rituais de comensalidade, em que comida e bebida são oferecidas aos membros da comunidade; cortejos de “congado” e “caboclos” em procissões que conduzem pela cidade os “festeiros”; performances a cavalo, denominadas “cavalhadas”, em torno de igrejas; grupos de folias homenageando Santos Reis ou Bom Jesus, personificados em bandeiras que circulam por residências. Nesse contexto, eu gostaria de chamar a atenção para outra noção de movimento que emerge das comunidades rurais a partir desse tipo de evento e que costuma suspender o trabalho da *roça* para instaurar as festas na *roça*: a agitação e a animação. Há um aspecto profano, característico das práticas de lazer cotidianas da localidade, que também se mistura ao espectro de todas as festas religiosas: a dança (capoeira, batuque, forró, etc.) e o consumo de bebidas alcólicas, além da intensa circulação de pessoas, que conferem o caráter animado e agitado desses eventos.

Em certa oportunidade entrevistei Nô, morador da Ribanceira e proprietário de um pequeno bar no povoado, para fazer uma genealogia de sua família. Em um determinado momento perguntei-lhe a religião com que ele se identificava e prontamente me respondeu: “a gente bebe e dança, então é católico, não é?” A sua definição de pertencimento religioso se instaura pela oposição à conduta reconhecida como interdita aos “crentes”: festejar e beber. Isto é, ela não passa necessariamente pelo acionamento de algum símbolo religioso católico em seu discurso, mas por atividades profanas que não implicam interdições explícitas para a vida cotidiana de um católico. Certamente, a conexão com evangélicos, que lhes permite distinguir, passa pela presença maciça deles na Ribanceira.

Guedes (2013) e Dainese (2011) já haviam percebido essa ideia nativa de movimento articulada às festividades. No trabalho de Dainese há uma associação entre “gostar de *roça*” e o maior

“movimento” nela existente. Tal conexão se deve ao fato de no município mineiro pesquisado pela autora haver um contraste entre o “deserto” (ausência de movimento) da cidade e o “movimento” da *roça*. A razão para tal movimento são as novenas e festas de santos católicos aos fins de semana. O movimento proporcionaria oportunidades para o exercício das práticas de “receber bem” constituindo a imagem dos moradores como “povo hospitaleiro” ou “povo acolhedor”. A animação e agitação das festas também se estendem para outra temporalidade, a da política, tal como atestam os trabalhos de Benites (2010, 2014), Chaves (2003), Dainese (2011) e Palmeira e Heredia (1995).

#### CONSIDERAÇÕES FINAIS

As reflexões aqui esboçadas permitem inferir que meus interlocutores se referem à *roça* como lugar (área rural), atividade laboral (agricultura e criação de animais) e condição (*ser da roça* é ter origem social e hábitos relacionados ao mundo rural). A *roça*, como conceito que pode abarcar tanto a ideia de lugar, trabalho ou condição pode funcionar como um parâmetro para situar outros espaços (urbanos, fluviais etc.), atividades (trabalho em *carvoeiras*, pesca etc.) ou sociabilidades (prosas, visitas, festas etc.). Pescar é uma atividade que não exclui o trabalho na *roça*, sobretudo na Ribanceira, onde é praticada complementarmente. Nem o trabalho temporário em *carvoeiras* ou mesmo duradouro na cidade parecem comprometer o sentimento de pertencimento territorial e identitário relacionado à *roça*.

Por outro lado, se a categoria *roça* tem um vínculo profundo com a forma como meus interlocutores problematizam o trabalho, poderia se admitir que dessas formulações emergja também uma dimensão de liberdade associada ao controle sobre as atividades laborais que estende o sentido da *roça* também para uma vida fora do trabalho. A prática das visitas para prostrar,

o consumo não regulado da pinga e outras situações, como as frequentes festas locais, as folias de reis, etc., que interrompem os ciclos de trabalho e mobilizam as comunidades em atividades de intensa fruição.

Nesse contexto, *mexer* (trabalhar) também é movimentar. Um movimento que não deixa de ser ação de pessoas que modifica as coisas: desfaz o *mato*, faz a *roça*. Deixar de mexer com a *roça* pode significar mexer com outras coisas: carvoeira, trabalho assalariado na cidade, etc. A plasticidade das atividades necessariamente não implica em um abandono da *roça*. A simultaneidade ou a sazonalidade de outros trabalhos parecem indicar o seu caráter complementar, uma vez que a *roça* é um referencial forte para os habitantes das comunidades estudadas.

Se, como afirmou Latour (1994, p.74), o tempo não se configura em panorama ou contexto, é porque ele se constitui num “resultado provisório da ligação entre os seres”. Nesse sentido, o *tempo das águas* ou da *seca* agencia elementos da natureza que também mexem com coisas e pessoas: água que mexe com a terra (torna fértil ou imprópria para o plantio), com o rio (enche e esvazia), forma ilhas, e faz os agricultores e pescadores fazerem coisas. Do *mexer* à animação das festas, a emergência de uma noção nativa de movimento parece se orientar para uma mobilidade exploratória e improvisada que se assegura pela própria experiência de se deslocar, de circular. Por outro lado, o movimento da, na e para fora da *roça* demarca um momento/evento em que se criam e atualizam vínculos, bem como o próprio sentido da experiência na *roça*.

#### REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ALMEIDA, M. W. B. Narrativas Agrárias e a Morte do Campesinato. *Ruris*, v. 1, n. 2, p. 157-186, 2007.

- BENITES, L. F. R. *Olhando da Ribanceira: Perspectivas de Influência e Vulnerabilidade no Vale do Alto-Médio São Francisco*. Tese (Doutorado) – Museu Nacional, UFRJ, Rio de Janeiro, 2010.
- \_\_\_\_\_. Da “consideração” e da acusação: notas etnográficas sobre reputação, fofocas e rumores na política. In: COMERFORD, J.; CARNEIRO, A.; DAINESE, G.. *Giros Etnográficos em Minas Gerais: casa, comida, prosa, festa, política, briga e o diabo*. Rio de Janeiro: 7 Letras/FAPERJ, 2014.
- BURTON, R. F. Sir. *Viagem de canoa de Sabará ao Oceano Atlântico*. Belo Horizonte: Itatiaia; São Paulo: Edusp, 1977.
- CHAVES, C. A. *Festas da Política: uma etnografia da modernidade no sertão (Buriti-MG)*. Rio de Janeiro: Relume-Dumará, 2003.
- DAINESE, G. *Chegar ao cerrado mineiro: hospitalidade, política e paixões*. Tese (Doutorado) – Museu Nacional, UFRJ, Rio de Janeiro, 2011.
- DURHAM, E. Migrações rurais. In: *A dinâmica da cultura*. São Paulo, Cosac & Naify, 2004.
- GUEDES, A. D. *O trecho, as mães e os papéis: etnografia de movimentos e durações no norte de Goiás*. São Paulo: Garamond, 2013.
- INGOLD, T. *Being Alive: essays on movement, knowledge and description*. London: Routledge, 2011.
- LATOUR, B. *Jamais Fomos Modernos*. São Paulo: Ed. 34, 1994.
- LIMA, N. T. *Um sertão chamado Brasil*. Rio de Janeiro: Revan/IUPERJ, 1999.
- NEVES, Z. *Navegantes da Integração: os remeiros do rio São Francisco*. Belo Horizonte: Ed. UFMG, 1998.
- OLIVEIRA, C. L. de. *Vazanteiros do Rio São Francisco : um estudo sobre populações tradicionais e territorialidade no Norte de Minas Gerais*. Dissertação (Mestrado) – UFMG, Belo Horizonte, 2005.
- PALMEIRA, MR.; HEREDIA, B. Os Comícios e a Política de Facções. *Anuário Antropológico*. Rio de Janeiro: Tempo Brasileiro, p. 31-94, 1995.

PIERSON, D. *O Homem do Vale do São Francisco*. Vol. II. Rio de Janeiro: Ministério do Interior/Superintendência do Vale do São Francisco, 1972.

---

LUIZ FELIPE ROCHA BENITES – Professor Adjunto II – Departamento de História e Economia/Instituto Multidisciplinar – Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro <felipebenites74@gmail.com>